

Internacionalização da Educação Superior na Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE: avanços e desafios

Patricia Carlesso Marcelino¹ Marcio Giusti Trevisol²

Resumo

A pesquisa que deu origem a este artigo caracteriza-se por ser de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, possui como tema de investigação, a internacionalização da Educação Superior na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Tem-se, como questão norteadora: Quais os caminhos têm sido percorridos e quais foram os compromissos assumidos pela ACAFE frente aos desafios atuais e futuros no que tange à internacionalização na Educação Superior com suas IES filiadas? Neste sentido, com base nos dados apresentados, é importante destacar o avanço e as ações da ACAFE, junto ao Conselho Estadual de Educação (CNE), na construção de políticas de cooperação para o incremento do suporte técnico-científico, que é fornecido por ela entre suas Instituições de Educação Superior (IES) filiadas e que, além dos convênios de internacionalização, favorecem o incremento dos resultados para as IES, para o estado de Santa Catarina e para a sociedade, na construção e na produção do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Palavras-chave: Internacionalização, ACAFE, Pós-Graduação; Educação.

Internationalization of Higher Education at the Santa Catarina Association of Educational Foundations - ACAFE: progress and challenges

Abstract

The research that gave rise to this article is qualitative, bibliographical and documentary in nature, and its subject is the internationalization of higher education at the Santa Catarina Association of Educational Foundations (ACAFE). Its guiding question is: What paths have been taken and what commitments has ACAFE made in the face of current and future challenges regarding internationalization in higher education with its affiliated HEIs? In this sense, based on the data presented, it is important to highlight ACAFE's progress and actions, together with the State Education Council (CNE), in building cooperation policies to increase the technical-scientific support it provides to its affiliated Higher Education Institutions (HEIs), which, in addition to internationalization agreements, favours increased results for the HEIs, for the state of Santa Catarina and for society, in the construction and production of knowledge, science, technology and innovation.

Keywords: Internationalization, ACAFE, Postgraduate Studies, Education.

¹ Doutora em Educação pelo PPGEDU - UPF-RS, Brasil. Pós-Doutora pelo PPGED - UNOESC-SC, Brasil. Pesquisadora e Membro do GEPPPPES/SC e do GEEDU-UPF-RS, Brasil. E-mail: patriciacarlessowellness@gmail.com

² Doutor em Educação pelo PPGEDU-UPF-RS, Brasil. Docente do PPGED-UNOESC, Joaçaba-SC, Brasil. Líder e Pesquisador do GEPPPPES/SC, Brasil. E-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br

Internacionalización de la Educación Superior en la Asociación Catarinense de Fundaciones de Educación - ACAFE: avances y desafíos

Resumen

La investigación que dio origen a este artículo es de naturaleza cualitativa, bibliográfica y documental, y su tema es la internacionalización de la educación superior en la Asociación Catarinense de Fundaciones Educativas (ACAFE). Su pregunta orientadora es: ¿Cuáles son los caminos recorridos y los compromisos asumidos por ACAFE frente a los desafíos actuales y futuros de la internacionalización de la educación superior con sus IES afiliadas? En este sentido, a partir de los datos presentados, es importante destacar los avances y acciones de ACAFE, junto con el Consejo Estatal de Educación (CNE), en la construcción de políticas de cooperación para aumentar el apoyo técnico-científico que brinda a sus Instituciones de Educación Superior (IES) afiliadas, que además de los acuerdos de internacionalización, favorecen el aumento de los resultados para las IES, para el Estado de Santa Catarina y para la sociedad, en la construcción y producción de conocimiento, ciencia, tecnología e innovación.

Palabras clave: Internacionalización, ACAFE, Programas de postgrado, Educación.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma investigação no estágio pós-doutoral, realizado junto ao PPGED-UNOESC, na linha de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Cidadania e está vinculado ao Grupo de Estudos sobre Processos Pedagógicos e Políticas de Educação Superior em Santa Catarina–GEPPPPES/SC.

A internacionalização da Educação tem sido um dos mais importantes fatores de impacto na Educação Superior em especial, na docência universitária. De acordo com Morosini (2017), a Educação Superior nas últimas décadas vem sendo marcada pela complexidade da constituição de seu *ethos*. Abarcada pela globalização, com uma expansão acentuada em seus constitutivos – estudantes, professores, instituições, agências, etc. – e apoiada no desenvolvimento das tecnologias de informação, a educação superior volta-se à internacionalização como solução para a busca da qualidade e da relevância. (Morosini, 2017, p. 288).

Por essa via, Gorovitz (2021, p. 9) aponta que, ainda que as instituições não tenham implementado claramente políticas e estratégias com essa finalidade, elas sofrem influências diversas, tanto das dinâmicas acadêmicas internacionais quanto das políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. Essas influências advêm também das novas relações entre o local e o global, em que o Estado e as universidades colocam-se como os principais agentes do diálogo para a promoção de políticas educacionais regionais e estratégias de internacionalização das instituições. Como antevia Morosini (2017, p. 288), “a internacionalização da Educação Superior se constrói como conceito-chave no século XXI, deslocando-se de uma posição periférica a uma posição central e imbricada à uma noção positiva de qualidade.” No percurso histórico, a internacionalização foi tomando designações e assumindo papéis, faces e funções. Em via de regra, no século XX, a internacionaliza-

ção estava voltada à investigação e à produção do conhecimento em grandes universidades e em poucos países.

A autora aponta que, no final do século XX e início do século XXI, além da pesquisa, a internacionalização tem, como ponto principal, o ensino e, dessa maneira, amplia seu aspecto às instituições de educação de forma geral. O alargamento da amplitude da internacionalização trouxe consigo um problema de fundo: a internacionalização da educação superior atende aos objetivos de uma concepção de universidade como bem público ou estimula a ampliação da universidade como serviço? E ainda, de acordo com Morosini (2017, p. 290), “constitui-se em um grande negócio ou busca a integração solidária e o desenvolvimento mundial sustentável?” Os dois sentidos de internacionalização assinalados no estudo de Morosini (2017) dão a tônica do objeto de pesquisa que trata de investigar como a ACAFE, enquanto Associação de Instituições Comunitárias de Educação Superior de Santa Catarina, tem tratado internacionalização a partir de sua concepção e foco.

Desse contexto, emerge o problema de investigação: qual o caminho, desafios e comprometimentos relativos à internacionalização que a ACAFE assume junto às IES filiadas? O problema é prenúncio da especificidade de compreende a internacionalização na dinâmica das Universidades Comunitárias organizadas em torno de uma Associação. O objetivo é analisar os desafios, as perspectivas e os compromissos assumidos de internacionalização da Educação Superior que ACAFE assume perante suas IES filiadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica com método de abordagem reconstrutiva-hermenêutica³. O lócus de pesquisa é a ACAFE com coleta documental, realizada a partir da disponibilização de dados pela Câmara de Internacionalização e das informações disponibilizadas de livre acesso pelo seu site.

O artigo segue o seguinte itinerário: na primeira parte, é apresentada a evolução do conceito de internacionalização na Educação Superior, ressaltando suas funções, suas características, tendências e desafios. A ancoragem teórica baseia-se especialmente nos estudos de Knight (2003; 2004; 2020), Morosini (2017; 2019), Morosini, Woicolesco e Nez (2021), Brandalise e Heinzle (2023), Woicolesco (2023) e de outros autores que se vinculam ao tema. Na segunda parte, é realizada a apresentação do lócus da pesquisa com destaque à função social e educacional e às especificidades da ACAFE; por fim, na terceira parte, é apresentado, por meio de coleta de dados documentais, um mapeamento com as informações sobre a internacionalização da Educação Superior na ACAFE, coletadas e disponibilizadas por

³ A pesquisa bibliográfica de natureza hermenêutica é um processo de construção do conhecimento que apresenta, como seu grande desafio, a agregação da produção conceitual elaborada com a realidade contextualizada. Ademais, a hermenêutica filosófica constitui-se na tensão existente entre a experiência de caráter ontológico e a atividade reflexiva, livrando nossas experiências dos limites impostos pela racionalidade lógica. Sem pretensão de chegar a conhecimentos últimos e definitivos, a hermenêutica encontra-se sempre a caminho de sentidos novos, que, a exemplo dos anteriores, nunca serão desvendados por inteiro. É o esforço do desvelamento dos sentidos ocultos sob as aparências do manifesto. Para além da delimitação lógico-científica do saber humano, imposta pela racionalidade moderna, a hermenêutica dedica-se ao processo de interpretação que nunca chega à afirmação de verdades indiscutíveis. (Goergen, 2010. p. 14).

intermédio da Câmara de Internacionalização, apontando sua metodologia, seus avanços junto às IES filiadas e o seu comprometimento com os desafios atuais e futuros da internacionalização da Educação Superior Catarinense.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A internacionalização universitária é um dos eixos que dão suporte para uma Educação Superior como bem público, sendo considerada como uma estratégia de desenvolvimento das IES e indispensável para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Na atualidade, com um mundo cada vez mais globalizado, impõe-se às instituições uma agenda de internacionalização, que deve ser compreendida em sua dimensão teórico-prática, para a constituição da identidade universitária do século XXI. (Woicolesco, 2023, p. 75).

É importante destacar a importância da origem do termo internacionalização e as dimensões formativas e conceituais na atualidade. O estudo de Brandalise e Heinzle (2023, p. 3) refere que o termo internacionalização, proposto por Knight, originou-se das Ciências Sociais, há séculos, mas vem ganhando crescente espaço e discussão na Educação desde os anos 1980, em um contexto que privilegiava a educação internacional como a relação entre nações e países. Nos anos 1990, foi percebida, na academia, uma certa preocupação em ampliar, diferenciar e esclarecer os termos como educação comparada, educação global e educação multicultural em um sentido de foco e escopo.

A primeira definição apresentada por Knight, em 1993, definiu a internacionalização como o processo de integração de uma dimensão internacional e intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior. Nos anos 2000, segundo Knight (2003; 2004), emergiram conceitos mais relacionados à mobilidade estudantil e de docentes que, conseqüentemente, remetem à extinção de barreiras geográficas na Educação Superior, como educação transacional, educação sem fronteiras (*borderless education*) e educação transfronteiriça (*cross-border education*) (Brandalise e Heinzle, 2023, p. 3). Para as autoras, desde que a internacionalização da Educação Superior passou a ser difundida enquanto termo científico, especialmente pela leitura de Jane Knight na década de 1990, ao longo desses anos e até a atualidade, esse conceito tem passado por uma série de readequações.

Trata-se de uma orientação da própria Knight, que discorre sobre a necessidade de estabelecer vigilância constante sobre o termo, visto que, para a autora, a internacionalização do ensino superior deve refletir a realidade vivenciada pela sociedade. Esse movimento não apenas interfere, como atribui sentido no desenvolvimento e aplicação de políticas e ações de internacionalização das universidades. No decorrer dos últimos trinta anos, o que se percebe no campo da internacionalização da Educação Superior é que tanto os conceitos

iniciais alteram-se, quanto novos emergem, integram-se, modificam-se e compõem os novos conhecimentos e saberes (Brandalise e Heinzle (2023, p. 3).

Há uma variedade de termos relacionados à palavra internacionalização da Educação Superior e, de acordo com Santos Filho (2020, p. 13), o que tem criado certa dificuldade para um entendimento consensual desse termo. De Wit e Hunter (2002) citam termos mais genéricos, mais específicos e concretos, bem como termos relacionados ao currículo. Entre os primeiros, destacam: educação internacional, estudos internacionais, internacionalismo, educação transnacional e globalização da Educação Superior. Entre os segundos: mobilidade acadêmica, cooperação internacional, estudos no exterior e intercâmbio internacional. Entre os terceiros: educação multicultural, educação intercultural, educação transcultural, educação para o entendimento internacional, educação para a paz, educação global, estudos transnacionais e estudos globais.

O estudo de Santos Filho (2020) cita que, levando em conta todas as diversas premissas, Knight (2003) propôs a seguinte definição: “Internacionalização nos níveis nacional, setorial e institucional é definida como o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural, ou global no propósito, nas funções ou na oferta de educação pós-secundária”. Nessa definição, a autora destaca e explicita o sentido de alguns conceitos-chaves. Entre estes, menciona os conceitos de processo, de dimensão internacional, intercultural ou global, de integração dessas dimensões nas políticas, nos programas curriculares e nos procedimentos e, por último, os conceitos de propósito, funções e oferta que devem ser considerados em conjunto. A internacionalização é um processo dinâmico, ou seja, um esforço continuado de mudança ou evolução, não entendido como um conjunto de atividades isoladas. Ela compreende três dimensões—a internacional, a intercultural e a global, ou seja, as relações entre nações, culturas ou países. Na dimensão intercultural, a internacionalização também se refere à diversidade étnica/cultural dentro dos países, das comunidades e instituições. A dimensão global, embora controversa e eivada de críticas, é acrescentada para expressar o sentido de escopo mundial. Como enfatiza Knight (2003), há uma complementaridade entre esses três termos, que, juntos, expressam a riqueza da amplitude e profundidade da internacionalização.

A III CRES⁴, realizada em Córdoba, Argentina, em 2018, segundo Abba, Soares e Santos (2023, p. 220), retificou os valores defendidos nas conferências anteriores (Declarações da Reunião da Havana, Conferência Mundial de Educação Superior de Paris e da Reunião em Cartagena das Índias), colocando a Educação Superior como um bem universal que é direito de todos e dever do Estado. Na última Conferência, igualmente, foi reforçado que a Educação deve deter autonomia para exercer um papel crítico sem sofrer intervenções de governos, religiões, mercado, dentre outros. Além disso, a Educação foi compreendida

⁴ Declaração apresentada na Assembleia da III Conferência Regional de Educação Superior (CRES), celebrada na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, 14 de junho de 2018.

como a principal responsável pela formação de cidadãos e o principal meio para combater as desigualdades sociais ainda tão presentes na América Latina e no Caribe (e que, nos últimos anos, cresceu consideravelmente). (Abba, Soares e Santos, 2023, p. 220).

Durante a realização da III CRES, destacou-se, mormente, a importância da internacionalização na Educação Superior na América Latina e no Caribe, visando garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, o que constitui um dos fundamentos para a necessária mudança social e econômica. Sua conquista está relacionada com o desenvolvimento de competências que permitam à região, seus países e cidadãos, atuar com propriedade em cenários complexos e inserir-se de forma efetiva em uma dinâmica mundial baseada no conhecimento. Isso demanda mudanças nos sistemas educativos e nas instituições, que considerem a cooperação, a construção solidária de saberes e a transferência de recursos entre regiões, países e instituições. (CRES, 2018, p. 65).

O documento também reforça que, na região, a internacionalização deve sustentar uma cooperação interinstitucional baseada em uma relação solidária entre iguais, com ênfases na cooperação Sul-Sul e a integração regional, que deve promover o diálogo intercultural, respeitando a idiossincrasia e identidade dos países participantes, fomentar a organização de redes interuniversitárias e fortalecer as capacidades nacionais mediante a colaboração interinstitucional e a interação com pares acadêmicos em escala regional e internacional. Isso propiciará a circulação e a apropriação do conhecimento como bem social estratégico, a favor do desenvolvimento sustentável da região e dos seus países. (CRES, 2018, p. 66).

Por essa via, a internacionalização está apontada como estratégia para a implementação da Meta 4.3 dos ODS 4, segundo Gorovitz (2021, p. 34), e, no âmbito específico da Educação Superior, foi acordada a necessidade de se “garantir qualidade, a equivalência e o reconhecimento das qualificações da educação superior e facilitar a transferência de créditos entre instituições reconhecidas desse nível educacional”. No detalhamento dos ODS, a meta 4 expressa a necessidade de assegurar a educação de qualidade, inclusiva, equitativa e com oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Com base nessas premissas, as metas desse objetivo, de acordo com Brito, Campos e Mercado (2020, p. 33), elas estabelecem que: meninos e meninas devem ter acesso a cuidados e educação pré-escolar com desenvolvimento educacional de qualidade na primeira infância, ademais, devem completar as etapas primária e secundária com resultados eficazes de aprendizagem a partir de um ensino equitativo e de qualidade; a educação profissional, técnica e superior de qualidade e com preços acessíveis deve ser oferecida com igualdade de acesso a homens e mulheres; o contingente de jovens e adultos com competência técnica para o trabalho decente, o emprego e o empreendedorismo devem aumentar; as disparidades de gênero na educação devem ser eliminadas garantindo-se acesso igualitário

a todos os níveis de educação, bem como formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo povos indígenas, pessoas com deficiência e crianças em situações de vulnerabilidade; jovens e adultos estejam alfabetizados e possuam conhecimentos básicos de matemática; todos os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a igualdade de gênero, a cultura de paz, a cidadania global e a valorização da diversidade cultural. (Brito, Campos e Marcado 2020, p. 33).

Trata-se da valorização e do incentivo à mobilidade internacional da Educação de nível superior, considerada, inclusive, um elemento para melhorar a qualidade da Educação. Também encontra-se em consonância com a ODS, meta 17, que diz respeito a parcerias e meios de implementação, que tem, como objetivo, fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável e que, na meta 17.16, visa reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

O estudo de Trevisol e Fávero (2019) aponta que tanto os Organismos Internacionais, como a ODCE e a Unesco, quanto a declaração de Bolonha, apresentam a internacionalização do Ensino Superior como um processo, uma diretriz ou uma normatividade institucional que deve favorecer uma formação para a lógica global de capital. Em outras palavras, qualquer proposta de internacionalização deve considerar o cenário mundial produtivo da competitividade, da concorrência, da tecnologia e da inovação. Contudo, nos próprios documentos internacionais, é possível verificar diferentes faces e discursos de abordagens sobre as formas e objetivos da internacionalização. Enquanto a Unesco e a OCDE apontam que a internacionalização da universidade, por intermédio de pesquisadores, professores e alunos, deve buscar favorecer o desenvolvimento de habilidades necessárias ao mundo neoliberal; que centros de conhecimento superior devem organizar-se pela lógica da competitividade e inovação; e que o investimento em internacionalização realizado pelos países é para a competição tecnológica, a declaração de Bolonha, por outro lado, conserva a ideia que, no mundo globalizado flexível e concorrente, é necessário conservar um espaço comum de produção de conhecimento marcado pela cooperação e para produção em redes que garantam os princípios democráticos como valores para vida planetária. (Trevisol e Fávero, 2019, p. 7).

Diante disso, Neves e Barbosa (2020) enfatizam que as atividades de internacionalização sempre fizeram parte da vida universitária, por meio da colaboração acadêmica na produção de conhecimento e da mobilidade de docentes e discentes. No entanto, como resultado das transformações da sociedade e da economia em meio ao processo de globalização e da constituição da sociedade do conhecimento, as Instituições de Educação Superior (IES) vêm sendo desafiadas a assumir novos papéis, prioridades e estratégias. Segundo as

autoras, com o desenvolvimento da pós-graduação, ocorreu uma profunda renovação no ensino superior brasileiro, que propiciou a institucionalização da atividade de pesquisa nas universidades. Neves e Barbosa (2020) assinalam que a cooperação acadêmica e técnica internacional teve papel importante na mudança desse cenário. Sob a coordenação da CAPES, órgão responsável pela política de pós-graduação e pela consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação, os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs) constituíram um elemento crucial na construção da arquitetura e desenvolvimento desse sistema. As autoras indicam que, desde meados da década de 1970, existiram cinco PNPGs. A pós-graduação impôs-se, pouco a pouco, com a formação paralela de políticas específicas, a destinação de recursos e a mobilização permanente da comunidade nascente de pesquisadores.

Em especial, o quinto PNPG (2010-2020), no item *Internacionalização da pós-graduação e cooperação internacional*, apresenta alinhamento com a agenda de desenvolvimento para o país centrada na tríplice hélice. A condição de uma agenda de internacionalização permite, de acordo com o PNPG (BRASIL, 2010), a ação de diversas instituições e empresas no desenvolvimento de tecnologias de ponta ou na transferência de tecnologias para países em desenvolvimento. Porém, como pontuam Shigunov, Trevisol e Almeida (2021), o PNPG (2010-2020) está alinhado a uma proposta global marcada pela influência de organismos internacionais (Unesco e OCDE) que objetivam, por meio da internacionalização e da pesquisa, fomentar a competitividade e a ampliação dos monopólios econômicos e o controle geopolítico de países emergentes. Essa condição, elementos de poder homogenizante e estandarizados, sobrepõe-se e impede o desenvolvimento sustentável de uma outra perspectiva de internacionalização que escape do modelo já consagrado marcado pelos ideais econômicos. Para Trevisol, Fávero e Almeida (2019), uma das fragilidades no PNPG (2010-2020) é sua incapacidade de apresentar proposta que valorize ações de internacionalização a partir de um projeto educacional típico das demandas e características do Brasil.

Por essa via, o estudo de Marcelino e Cenci (2023) sinaliza que é necessário pensar em um novo contrato social para a Educação e este deve unir-se em torno de esforços coletivos e fornecer o conhecimento e a inovação necessários para delinear futuros sustentáveis e pacíficos para todos, fundamentados na ética e na justiça social, econômica e ambiental. Em consonância com os autores, a Educação deve desenvolver as capacidades necessárias levando em consideração a natureza mutável do trabalho e as diferentes formas pelas quais a segurança econômica pode ser suprida.

As práticas educacionais e curriculares mobilizadas em perspectivas de internacionalização, quando pensadas e desenvolvidas sobre bases teóricas consistentes e sobre finalidades eminentemente acadêmicas (portanto, não comerciais), podem contribuir significativamente para elevar a qualidade da educação pública em geral e dos percursos curriculares de formação em particular. (Thiesen, 2019, p. 432). Neste sentido, Carvalho e Araújo (2020,

p. 128) destacam que é necessário sempre estar atento às tendências da internacionalização do Ensino Superior no país para que se possa gerar conhecimento de alto nível, como direito universal e fundamental dos indivíduos, tornando-se competentes e qualificados, assim buscando oportunidades de progresso e desenvolvimento da cidadania.

OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACAFE E SUAS CONTRIBUIÇÕES ÀS SUAS IES FILIADAS

A ACAFE tem, como missão, desde sua criação em 02 de maio de 1974 até os dias atuais, desenvolver o ensino, a ciência, a tecnologia e a inovação pelo compartilhamento de ações e competências para assegurar o fortalecimento das Instituições de Educação Superior associadas em prol da Educação Superior em Santa Catarina. Sua visão está pautada em tornar-se reconhecida nacional e internacionalmente, como um Sistema de Educação Superior integrado e sinérgico, capaz de produzir resultados para as IES e para a Sociedade na produção do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Figura 1: Mapa da localização das IES filiadas a ACAFE



Fonte: Site da ACAFE- Julho de 2024

O estudo de De Bastiane, Trevisol e Pregoraro (2018) destaca que, em 22 de novembro de 2018, foi comemorado o primeiro cinquentenário da presença da Educação Superior na região Oeste de Santa Catarina. Até o ano 2000, apenas cinco IES ofertavam cursos presenciais, totalizando 18.632 matrículas de uma população estimada em 1.116.000 habitantes (De Marco e Trevisol 2007). O segmento das IES privadas sem fins lucrativos (comunitárias) respondeu, até aquela data, por 100% da oferta, com cursos instalados nas principais cidades da região. A expansão das IES, dos cursos e das matrículas deu-se a partir de 2001, com a criação das primeiras instituições privadas com fins lucrativos e, mais adiante, das IES públicas. (De Bastiane, Trevisol e Pregoraro, 2018).

Diante disso, um passo importante que cabe destacar foi o marco regulatório que tem, como objetivo, qualificar e delimitar as finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), que foi sancionado pela Presidente da República em novembro de 2013. Com o marco legal, as ICES, categorizadas como não estatais, sem fins lucrativos,

de interesse social e de utilidade pública, passaram a potencializar suas ofertas de serviços à população, primando pelo acesso à educação de qualidade, proporcionais aos recursos obtidos do Poder Público, além de institucionalizar programas comunitários permanentes voltados à formação e ao desenvolvimento dos estudantes e da sociedade.

O marco regulatório das Comunitárias vinculou os processos de supervisão, de regulação e de avaliação das ICES ao Sistema Federal, mas, em especial, ampliou a missão social dessas instituições, caracterizando-as, de fato e de direito, como um bem público, cada vez mais integradas e comprometidas com as demandas da sociedade. Em 16 de julho de 2024, a presidente da ACAFE esteve atuante e reforçou a importância de termos vozes locais em debates nacionais, tão cruciais para o futuro da Educação. Essa participação foi imprescindível durante audiência pública da Comissão para o Marco Regulatório das Instituições Comunitárias de Ensino Superior Brasileiras, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que aprovou a resolução aguardada desde 2013, que regulamenta a Lei 12881/2013, que confere às universidades comunitárias ampla capacidade para obterem recursos de entidades públicas, como repasses dos próprios ministérios federais, secretarias de estado, prefeituras, emendas parlamentares e participação em editais públicos, atualmente restritas às instituições públicas estatais.

Por essa via, salientamos o trabalho realizado na audiência pública da comissão para o marco regulatório das Instituições Comunitárias de Ensino Superior Brasileiras, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que foi presidido pela Presidente da ACAFE e Conselheira Nacional de Educação Prof^a. Dra. Luciane Bisognin Ceretta e teve, como relator, o conselheiro Paulo Fossatti. Com essa aprovação, essas universidades poderão participar de editais expedidos por órgãos governamentais de fomento e pelo Ministério da Educação, que poderão ser direcionados de forma igualitária para as instituições comunitárias de Educação Superior. Isso reforça e potencializa também a busca do desenvolvimento das microrregiões do estado de Santa Catarina, as IES filiadas ao Sistema ACAFE, cumprindo sua função social, desenvolvem, sem ônus, para os beneficiários, programas e projetos de assistência à comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e construção da cidadania.

Com base nesse cenário, Rocha (2023) ressalta que a “diplomacia cultural universitária” potencializa a qualidade do tripé indissociável das funções típicas de uma universidade ao inseri-las no cenário internacional e buscar parceiros estratégicos para alcançar objetivos comuns ou complementares, almejando a excelência. É importante destacar que o processo deve ocorrer de forma autônoma no âmbito da criação de um espaço alargado, transnacional, de conhecimento, em proveito da visibilidade internacional da instituição. A seguir o quadro ilustrativo de Universidades que são filiadas ao sistema ACAFE, em 2024:

Quadro 1: Centros Universitários e Universidades Comunitárias que integram o sistema ACAFE

Universidade e ou Centro Universitário	Sigla	Cidade Catarinense
Universidade Regional de Blumenau	FURB	Blumenau
Centro Universitário de Brusque	UNIFEBE	Brusque
Centro Universitário Barriga Verde	UNIBAVE	Orleans
Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	Rio do Sul
Católica de Santa Catarina	CATÓLICA SC	Jaraguá do Sul
Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	Lages
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	Criciúma
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	Joinville
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	Itajaí
Universidade do Contestado	UNC	Mafra
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	Florianópolis
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	Joaçaba
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECÓ	Chapecó
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	Caçador

Fonte: Site ACAFE – agosto de 2024–Elaboração dos autores

O processo de internacionalização na Educação Superior, segundo Rocha (2023), ganhou tamanha relevância ao ser compreendido como a “quarta missão da Universidade”. Esse processo, quando intencional e consciente, realmente torna-se uma condição indispensável para promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e o fortalecimento da missão das instituições comunitárias. A internacionalização, de acordo com Santos e Almeida Filho (2012, p. 145), tem a função de reforçar projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária; e contribuir para a consolidação de espaços integrados do conhecimento.

No artigo “Políticas de internacionalização da educação superior: o caso de duas Universidades Comunitárias do Sul do Brasil (2023)”, os autores Trevisol, Fávero, Tedesco e Schoenardie (2023) apontam subsídios que indicam que a internacionalização é uma condição necessária para a afirmação da missão comunitária como promotora de equidade, cidadania e desenvolvimentos regional. Contudo, para que tal condição seja uma realidade, os autores indicam lacunas que ainda precisam ser enfrentadas pelas IES, tais como: a) estabelecer políticas para a internacionalização que superem os “gargalos” relativos à falta de financiamento e disponibilidade de recursos; b) reconhecer a internacionalização como vetor para promoção da inovação, da interculturalidade, da formação do cidadão e para a promoção do desenvolvimento regional. É preciso regionalizar para globalizar; c) garantir a internacionalização, como processo formativo, seja gestada por princípios democráticos

que afastem as tentativas reducionistas de ligá-la a aspectos estritamente mercadológicos; d) reconhecer que a internacionalização é um processo formativo valioso para a instituição, professores, estudantes e colaboradores que contribuí com para o avanço da ciência de alto impacto. Diante dessas premissas, compreende-se que a ACAFE, articulada com as IES Comunitárias de Santa Catarina, assume o protagonismo, ao organizar ações e projetos de internacionalização que permitam as instituições comunitárias partilhar de espaços internacionais de conhecimento e solidificar uma cultura internacional em cada IES associada.

Neste sentido, a declaração da CRES (2018) reforça que a internacionalização constitui uma ferramenta chave para transformar a Educação Superior, fortalecer suas comunidades e promover a qualidade e pertinência do ensino, da pesquisa e da extensão. Favorece a formação de cidadãos e profissionais, respeitosos da diversidade cultural, comprometidos com o entendimento intercultural, a cultura de paz e com capacidade para conviver e trabalhar em uma comunidade local e mundial. Sua antítese seria a concepção de uma internacionalização mercantilista que favoreça os interesses hegemônicos e desnacionalizantes da globalização.

O cumprimento de todos esses objetivos requer estratégias sistêmicas, integrais, compreensivas e transversais a todas as políticas de desenvolvimento institucional. Assim mesmo, são necessárias políticas públicas que apoiem o processo de internacionalização mediante o estabelecimento de marcos organizacionais que facilitem a integração acadêmica regional, a mobilidade de estudantes e acadêmicos, o *reconhecimento de trajetórias formativas internacionais*, a *dimensão internacional dos programas* acadêmicos e a colaboração internacional em pesquisa, entre outros. (CRES, 2018, p. 66). Com relação às políticas de internacionalização em nível federal, o estudo de Trevisol, Fávero, Tedesco e Schoenardie (2023) apontam três direções: a) inserção internacional dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*; b) incremento e financiamento para áreas e pesquisas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país; c) implementação de políticas para a internacionalização que considerem as assimetrias nacionais e estejam voltadas para aspectos regionais de caráter inclusivo.

Consolidada na cultura das universidades comunitárias de Santa Catarina, a internacionalização é um modelo que se desenvolveu sistematicamente dentro da ACAFE ao longo das últimas duas décadas: em um mundo cada vez globalizado, os países entenderam a importância de se conectarem e as instituições de ensino superior passaram a ter relações mais próximas, o que resultou na criação do eixo da internacionalização na Educação Superior. Em Santa Catarina, a internacionalização chegou às universidades comunitárias individualmente, com cada instituição implementando seu próprio programa. Com isso, não demorou para que fosse criada a Câmara de Internacionalização da ACAFE, que, desde 2016, promove a conexão entre setores e serviços das universidades com instituições de outros países por meio de ações conjuntas e estratégicas.

A Câmara de internacionalização tem sido essencial para a consolidação e ampliação das estratégias de internacionalização de suas IES filiadas , visto que oportuniza um espaço de discussão de ações conjuntas e estratégicas para a internacionalização das universidades participantes, além de potencializar pontos de convergência dos relacionamentos internacionais já existentes, no compartilhamento e união das boas práticas, na divulgação de programas e projetos de mobilidade e na participação de missões em eventos internacionais. (G1, 2023).

Por essa via, destacamos que a Câmara de Internacionalização da ACAFE tem como objetivos: a) firmar parcerias com instituições com valores semelhantes aos da ACAFE; b) incentivar o intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores das instituições filiadas à ACAFE; c) promover eventos, seminários e *workshops* com foco em capacitação, pesquisa, inovação e troca de experiências; d) promover a pesquisa e a inovação nos campos de atuação da ACAFE e instituições filiadas; e) troca de experiências, auxílio mútuo em processos (PEC-G, vistos), política de boas práticas entre ACAFE, instituições filiadas e parceiros; f) promover ações sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e construção da cidadania.

Desde 2001, a ACAFE realiza missões em parceria com suas IES filiadas, com a finalidade de robustecer a internacionalização, conhecer novas metodologias de ensino e de formação docente e os diversos contextos de referência em Educação, como também firmar convênios de cooperação para as modalidades de ensino, pesquisa, extensão e tecnologias. Segundo dados da Acafe (2024) até a presente data, já foram celebrados 222 acordos, com diversos países de todos os continentes. No quadro, a seguir, destacamos e apresentamos as principais missões realizadas pela ACAFE, em parceria com suas IES filiadas:

Quadro 2: As principais missões de internacionalização realizadas pela ACAFE até 2024:

Nome da Missão	Período	Países Visitados	Universidades, Instituições, Centros de Ensino e Empresas visitadas	IES Filiadas à ACAFE que enviaram seus representantes na Missão
Missão Técnica da ACAFE a Universidades da Grã-Bretanha	8 a 30 de maio de 2001	Inglaterra Escócia	University of Westminster; Middlesex University; University of North London; Brithish Coucil-Open University; Oxford Brookes University; University of Nottingham; University of Northumbria at Newcastle; Universityof Newcastle UponTyne; Heriot Watt University; University of Strathclyde;	FURB, UNISUL, UNIPLAC, UNIVILE e UNIVALI.

Missão Técnica Chile	10 a 18 de novembro de 2001	Chile	Embaixada do Brasil no Chile; Universidad de Las Américas, Universidad Andrés Bello, Universidad de Chile, Universidad de Valparaíso; Universidad Diego Portales , Universidad Austral de Chile, Universidad de Los Lagos.	UNIPLAC, FURB, UNERJ, UNIVILLE, FEBE, UNESC, UNC, UDESC, UNISUL e UNOESC.
Missão México	10 a 20 de maio de 2005	México	Universidade Iberoamericana; Universidade Veracruzana; Federação de Instituições Particulares de Ensino Superior – FIMPES; Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior – ANUIES; Universidade de Monterrey – UDEM; Instituto Tecnológico de Monterrey – TEC; Universidade do Vale do Atemajac – UNIVA; Universidade Autônoma de Guadalajara.	UNOESC, UNIDAVI, UNERJ, FEBE; FURB, UNIPLAC, UNESC, UNIVALI, UNISUL, UNC e UNOCHAPECÓ.
Missão Alemanha	07 a 16 de outubro de 2005	Alemanha	Embaixada do Brasil na Alemanha, em Berlim; Universidade de Hannover; Universidade de Münster; Technische Universität Hamburg-Hamburg – TUHH; Technische Universität Carolo-Wilhelmina Zu Braunschweig; Besichtigung der Gesellschaft für Biotechnologische Forschung - mbH, ou German Research Centre for Biotechnology – GBF (Centro de Desenvolvimento Biotecnológico da Alemanha), de Braunschweig;	UNOCHAPECÓ, UNIDAVI, UNESC, UNIPLAC, UNERJ, UNISUL, FURB, UNC-CAÇADOR, UNC-CONCÓRDIA, UNC-CANOINHAS, UNIVILLE, UNOESC- JOAÇABA, UNOESC- VIDEIRA, UNIFEBE e FURB
Missão Espanha	05 a 9 de junho de 2006	Espanha	Universidad San Pablo – CEU – Madrid; Visita à sede do Banco Santander; Agência Espanhola de Cooperação Internacional; Universidad de Sevilla- Sevilla; Universidad de Cádiz – Cádiz; Universidad Politécnica de Valência Universidad de Valência– Valência.	UNOESC, UNIPLAC e UNIBAVE
Missão Nova Zelândia e Austrália	05 a 18 de junho de 2008	Nova Zelândia e Austrália	University of Auckland -Auckland; Queensland University of Technology-Brisbane; Griffith University -Brisbane; RMIT University Melbourne; University of Western – Sydney; Macquarie University -Sydney	UNIVILLE,UNISUL, UNIBAVE, FURB, UNESC, UNIVALI e UNOESC
Missão ACADE Londres e Irlanda	30 de maio a 10 de junho de 2013	Inglaterra Irlanda	University of Cambridge: The Old Schools e Institute of Continuing Education; Embaixada do Brasil em Londres; Trinity College Dublin – TCD; University College of Dublin – UCD; Athlone Institute of Technology – AIT; Dublin Institute of Technology – DIT; University of Limerick.	UNIVILLE, UNOESC, UNIVALI, UNIBAVE, UDESC, FURB

Missão Executiva ao Vale do Silício	11 a 24 de outubro de 2014	Estados Unidos	Google, Apple, Oracle e Intel	UNISUL, UNIVALI, UNOCHAPECÓ, UNOESC, FURB, UNIVILLE e UNESC
Missão Emirados Árabes	17 a 25 de Fevereiro de 2023	Dubai Abu Dhabi	Universidade de Zayed; Universidade Tecnológica de Abu Dhabi; Visita ao Governador do Departamento de Turismo de Abu Dhabi.	UNESC e representantes e lideranças do Governo do SC.
Missão Estados Unidos	06 a 08 de novembro de 2023	Texas – Las Vegas	Texas State University, Texas International Education Consortium (TIEC), Parque de Inovação Star Park, University of Nevada (UNLV) e College of Southern Nevada.	UNOESC e representantes da ACAFE.
Missão Barcelona	15 a 29 de Novembro de 2023	Espanha	Zona Franca de Barcelona; D Factory; Tech Barcelona, Polblenou, Health Hub, NTT DATA; Smart City Expo World Congress e Universidad Pompeu Fabra – UPF.	UNESC, UNIVALI, UNOESC e representantes do SEBRAE.
Missão ACAFE Finlândia e Suécia	23 agosto a 5 de setembro de 2024	Finlândia e Suécia	Ministério da Educação e Cultura da Finlândia; Centro de Pesquisa de Futuros da Finlândia; Universidade de Turku-Finlândia; Agência Nacional Finlandesa de Educação; Escola Sickla, ao Instituto Real de Tecnologia (KTH); Universidade de Tampere; Universidade de Estocolmo; Embaixada do Brasil em Helsinque; Escola Normal de Helsinque; Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Helsinque; Conselho Sueco de Ensino Superior e Escola de Economia.	UNESC, UNOESC, UNIVILLE, UDESC, UNIBAVE e representantes da ACAFE
Missão Paraguai	19 a 21 de setembro de 2024	Assunção	Visitas protocolares à Corte Suprema de Justiça, ao Conselho de Magistratura e à Embaixada do Paraguai; Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC); Universidade Colúmbia del Paraguai e Universidade del Pacífico (UPAC); Universidade Nacional de Assunção (UNA).	Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC

Fonte: Dados cedidos pelo CGRI - UNOESC e Câmara de Internacionalização da ACAFE, em agosto e setembro de 2024 – Elaboração dos autores

Um estudo realizado por Moura e Stallivieri (2024, p. 17) apontou que a sistematização das informações sobre internacionalização até então é feita pelos funcionários das secretarias de relações internacionais e de ensino das IES locais e estrangeiras. Entretanto, é fundamental que, ao retornar para o seu país, o estudante dê um retorno para a sua instituição. A IES deve extrair ao máximo o conhecimento de tudo o que o estudante vivenciou, realizou, participou. (Moura e Stallivieri (2024, p. 17).

Outro ponto importante, destacado no estudo de Moura e Stallivieri (2024, p. 4), chama a atenção de que ainda é perceptível uma significativa lacuna no sentido de capturar, organizar, sistematizar e disponibilizar de forma mais eficiente a quantidade de informações geradas e adquiridas; e dos métodos utilizados na divulgação, quando relacionados ao uso informacional para a melhoria na preparação dos futuros intercambistas compreenderem as estratégias adotadas pelas instituições de Ensino Superior de Santa Catarina (IES) para que seja possível sistematizar as informações provenientes da mobilidade acadêmica internacional em suas instituições e indicar um modelo teórico composto por grupos informacionais essenciais para contribuir na melhoria da gestão universitária dos programas de mobilidade acadêmica e no sucesso dos participantes dos programas de intercâmbios institucionais (Moura, Stallivieri, 2024, p. 4).

Por essa via, em 2024, a ACAFE, por intermédio de sua Câmara de Internacionalização, ofereceu um incremento de capacitações e ações sobre a internacionalização direcionadas aos escritórios de internacionalização. Destacam-se, como principais eventos, ações e atividades de apoio que foram realizadas nos últimos anos, pela Câmara de Internacionalização da ACAFE às suas filiadas:

- Congresso das Américas sobre Educação Internacional–CAEI/2023, da Organização Universitária Interamericana–OUI: realizado nos Estados Unidos da América;
- Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação–CiKi/2022, da Organização Universitária Interamericana–OUI: realizado em colaboração com o Tecnológico Monterrey, Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento–EGC e Parque Científico e Tecnológico da PUCRS–TEC-NOPUC;
- Compartilhamento de informações sobre vistos, PEC-G, COILs, Cotutela e Dupla Titulação;
- Uso da plataforma *eMovies* da OUI;
- Ingresso na Organização Universitária Interamericana–OUI: para todas as instituições da Acafe;
- Evento 2024 ACAFE-OUI: evento com pesquisadores canadenses, realizado em Florianópolis.
- Encontros com a FIESC, Epagri, FAPESC, Secretaria de Estado da Tecnologia e Inovação (SCTI), Secretário de Agricultura de SC e visitas à Associação Catarinense de Tecnologia–ACATE e ao Sapiens Parque S.A.;
- Realização de reuniões mensais entre a ACAFE e instituições filiadas;
- A Câmara de Internacionalização da ACAFE dispõe de um grupo, via WhatsApp, com os responsáveis pelos setores de internacionalização das universidades filiadas à ACAFE para contato direto entre eles e compartilhamento de informações.

Segundo os dados disponibilizados pelo CGRI da UNOESC, os convênios assinados pela ACAFE são do tipo guarda-chuva e, a partir destes, as IES assinam termos específicos de cooperação, de acordo com suas necessidades. No conjunto, entre ACAFE e instituições filiadas, são mais de 200 acordos internacionais.

Dentre eles, destacam-se os seguintes convênios, segundo o CGRI-UNOESC, em agosto de 2024:

- a) Organização Universitária Interamericana–OUI (constituída legalmente no Canadá): validade por tempo indeterminado. A OUI possui mais de 350 membros distribuídos em 28 países do Continente Americano. Promove o intercâmbio acadêmico no ensino superior, *eMovies*, oferta formativa que inclui seminários, formações, estágios e *workshops* virtuais e presenciais;
- b) Universidad Técnica Particular de Loja–UPTL (Equador): de 2022 com validade de cinco anos. Tem como objetivo estabelecer relações de cooperação interinstitucional, acadêmica, cultural e científica entre a ACAFE e a UPTL, voltadas para a cooperação interinstitucional, que contribuam para seus respectivos desenvolvimentos, nos campos da docência, capacitação, pesquisa, transferência de tecnologia, extensão e serviços. Esse convênio também engloba intercâmbio de informações sobre temas de interesse comum, incorporação das tecnologias da informação e da comunicação aos programas de ensino, projetos de programas de extensão, capacitação de docentes e, em geral, todo tipo de atividades voltadas para o desenvolvimento acadêmico.;
- c) Asociación de Universidades de América Latina y el Caribe para la Integración–AUALCPI (Colômbia): válido por tempo indeterminado. Um dos objetivos é manter-se informado sobre programas e iniciativas nos campos da inovação em Educação e Treinamento, como mecanismos básicos para o desenvolvimento sustentável, coesão social e conscientização da importância do Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Ainda, tem como objetivo coordenar a realização e promover a participação mútua em reuniões e eventos, bem como identificar e promover em conjunto a formulação e execução de políticas, planos, projetos e atividades específicas nos campos de interesse comum;
- d) Canada and Latin America Research & Exchange Opportunities Consortium–CALAREO (Canadá): de 2024 com validade de cinco anos. Tem como objetivo: intercâmbio de docentes sendo que qualquer instituição pode convidar membros do corpo docente ou funcionários da outra instituição para ministrar palestras ou realizar consultorias por um período de tempo específico; Intercâmbio de estudantes sendo que cada instituição pode enviar estudantes para a outra instituição em áreas de estudo apropriadas para participar de programas de estudo ou pesquisa; e incentivo à colaboração em pesquisa, que deve ser incentivada à medida que os estudantes ou departamentos estabeleçam contato e desenvolvam interesses mútuos;
- e) Universidad de Murcia–UMU (Espanha): de 2018 com vigência de dois anos, podendo ser prorrogado, no máximo, por oito anos (2026). Tem como objetivos: o intercâmbio de pesquisadores, docentes e estudantes; realização de edições conjuntas de monografias históricas, linguísticas ou de qualquer outro tipo que atendam ao interesse comum de ambas as partes; realização de projetos de pesquisa em quaisquer dos ramos de interesse comum em ambas as instituições; criação e organização de atividades docentes coordenadas; e organização de palestras internacionais;
- f) Universidad de Ciencias Aplicadas y Ambientales–UDCA (Colômbia): válido por tempo indeterminado. Tem, como objetivo, acordar um marco institucional que promova o desenvolvimento e a difusão da cultura, em particular, o desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica e tecnológica. Para cumprir os objetivos indicados, ambas as partes elaborarão programas e projetos de cooperação, nos quais serão especificadas as obrigações que cada uma assumirá durante a execução. Desenvolvimento de programas, projetos e atividades conjuntas para o fortalecimento da gestão institucional e, em geral, da Educação Superior. Os programas e projetos mencionados anteriormente serão objeto de acordos complementares ou de execução entre ambas as universidades, quando se tratarem de programas ou projetos centrais ou multidisciplinares; ou entre as faculdades, escolas e institutos das respectivas unidades, com a prévia autorização das autoridades centrais, conforme necessário de acordo com as regulamentações de cada parte. Os acordos complementares ou de execução poderão referir-se, entre outros, aos seguintes aspectos: 1) Intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes; 2) Formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; 3) Intercâmbio de informações; 4) Estudos e pesquisas; 5) Realização de cursos, seminários, conferências e oficinas; 6) Publicações e qualquer outra atividade adequada para alcançar os objetivos desse convênio;

- g) Universidade de Ciências Aplicadas Fachhochschule Erfurt-FHE (Alemanha): válido por tempo indeterminado. Esse acordo fornecerá a base para a cooperação entre as IES contratantes a ser realizada no campo do ensino e da pesquisa, abrangendo todas as áreas de estudo nas quais ambas as IES estão envolvidas. Para esse convênio, os parceiros esforçaram-se para cumprir as/os seguintes condições/objetivos: 1) Cooperar no ensino e na pesquisa por meio do intercâmbio de professores universitários e disponibilizando materiais didáticos para cada parte; 2) Realizar o intercâmbio de estagiários e estudantes e ser responsável pelo bem-estar deles; 3) Reconhecer os cursos de estudo e exames pertinentes a ambos os parceiros; 4) Fornecer projetos comuns de desenvolvimento e pesquisa, além de palestras conjuntas, cursos, seminários, conferências, excursões e trabalhos práticos, bem como proporcionar acesso às mídias e às instalações de ambos os parceiros; 5) Cooperar na qualificação contínua dos professores universitários; 6) Apoiar cada parceiro na criação de novos cursos; 7) Participar do pleno intercâmbio de qualquer informação relevante; 8) Produzir publicações conjuntas; 9) Promover o conhecimento das línguas e culturas de ambos os parceiros (ou seja, português e alemão); 10) Promover o desenvolvimento, a introdução e a execução conjunta de cursos internacionais; 11) Estabelecer uma gama adequada de cursos de idiomas.

A ACAFE, além do apoio de internacionalização e no suporte a suas IES filiadas, por meio da Câmara de Internacionalização, desenvolve também um importante papel atuando por meio de sua representatividade junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Durante o ano de 2024, a presidente da ACAFE representará o estado de Santa Catarina, no Comitê Consultivo de Processos Administrativos (CC+Pares) do MEC, em que se discutirá a regulação e a supervisão da Educação Superior no Brasil, tanto presencial, quanto EAD. Destacamos, também que em 04 setembro de 2024, a presidente da ACAFE foi eleita vice-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Dessa forma, é importante enfatizar que a Associação Catarinense das Fundações Educacionais -ACAFE comemorará seu cinquentenário, neste ano de 2024, marcando cinco décadas de dedicação à promoção da educação e desenvolvimento social em Santa Catarina. Ao longo de sua história, a ACAFE tem desempenhado um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior e na formação de profissionais qualificados, consolidando-se como uma entidade de referência no cenário educacional catarinense. Por meio de diversas iniciativas comunitárias e acadêmicas, a ACAFE continua a inspirar a transformação positiva em nossas comunidades, guiada por seus valores de excelência, inclusão e compromisso com o progresso social e, aqui, em especial, para robustecer as ações e oportunidades para a internacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, é importante situar a pesquisa no contexto da crise que atravessa a Educação Superior frente às reformas promovidas pelo Estado Liberal. Como Santos (2010) antevia, a Educação Superior é questionada na sua legitimidade, institucionalidade e hegemonia frente à lógica produtivista e instrumentalista do neoliberalismo que condiciona a educação como um produto negociável de acordo com as regras de utilidade prática e comercialmente viável. Nesse contexto, a Educação Superior é questionada e colocada sob fortes pressões para reformular-se para tornar-se mais “atraente” aos anseios globais de

desenvolvimento. No atual panorama, a internacionalização torna-se um pilar de solução da crise e uma condição para que as universidades fortaleçam sua missão, especialmente, para universidades comunitárias.

No entanto, a internacionalização, como condição estratégica para as IES, precisa ser compreendida como processo e não apenas como um “ismo”, ideologia ou “modismo”. Enquanto processo, deve ser tomada em seus aspectos acadêmicos, políticos, culturais e econômicos. Como processo, a internacionalização deve ser tomada como um conceito chave, deslocando-se de uma posição periférica para uma posição imbricada em uma noção positiva de qualidade educacional. O alargamento conceitual é de importância estratégica para as IES pois carrega consigo objetivos e compromissos que asseguram a universidade como bem público.

Por essa via, este estudo apresenta o percurso trilhado pela ACAFE no que tange à apresentação de insumos e estratégias para consolidação da internacionalização para suas IES filiadas, apresentando um mapeamento sobre o cenário atual da internacionalização da ACAFE. Apontamos aqui o desafio atual e futuro que as IES comunitárias associadas à ACAFE enfrentam, quando confrontadas com modelos de Educação Superior mais flexíveis e adaptáveis às lógicas mercadológicas. Em muitos casos, são forçadas a promoverem reformas pedagógicas, administrativas e de gestão, com a finalidade de manterem a sustentabilidade financeira.

Enquanto associação, a ACAFE tem promovido, por meio de estratégias de internacionalização, ações que permitem e potencializam a busca de novas oportunidades que contemplem as diversas áreas do conhecimento, pesquisa e tecnologia. Outro desafio é fomentar iniciativas e ampliar os acordos e convênios internacionais para as IES comunitárias, que favoreçam trocas solidárias de conhecimentos, pesquisas em redes de colaboração e que contribuam para a solidificação da missão regional que cada instituição possui em lócus regional. Combinados a esse desafio, ainda persistem obstáculos históricos como definição de fonte de financiamento e bolsas, formação em segunda língua e a solidificação de uma cultura de internacionalização.

Por fim, é pertinente destacar a importância da ACAFE, enquanto mediadora e protagonista de ações na Educação Superior catarinense às suas filiadas. Tem-se, como desafio futuro, sugerido a partir deste estudo, implementar uma pedagogia para a internacionalização para suas IES filiadas, além de perspectivar políticas de internacionalização, também, em nível estadual. Neste sentido, as missões e atividades de internacionalização realizadas em parceria com a ACAFE têm o objetivo de incrementar os convênios entre suas IES, além de fortalecer as ações discentes e docentes para a cooperação de novos estudos, pesquisas, parcerias, negócios, tecnologias e inovação.

Diante do mapeamento das informações sobre a internacionalização da ACAFE, apresentadas neste estudo, recomenda-se, com base na pesquisa de Moura, Stallivieri (2023), robustecer, sistematizar e armazenar, pelas suas equipes responsáveis, todas as informações, evidências, relatórios de viagens e missões, bem como dados sobre os convênios de internacionalização, mobilidade docente e discente de suas IES filiadas, a respeito das suas experiências, estudos e missões, em seus sites e escritórios de internacionalização, para que seja possível compartilhá-las de forma mais intensa e utilizá-las em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABBA, M. J.; SOARES, S. de B.; SANTOS, R.O. Democratización de la internacionalización de la educación superior: contribuciones de la CRES 2018. **Integración y Conocimiento**, 12(2), 211–230. 2023. Disponível em <https://doi.org/10.61203/2347-0658.v12.n2.42053> Acesso em 19 jul.2024.

ACAFE. Sobre a ACAFE. Disponível em: <https://acafe.org.br/site/> Acesso em 19 jul. de 2024.

BRANDALISE, G.M.; HEINZLE, M.R.S. Internacionalização da e na educação superior: conceitos e abordagens. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023024, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v9i00.8670113. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670113>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação–CONAE 2022. **Documento de Referência Inclusão, qualidade e equidade**: compromisso com o futuro da Educação Brasileira. Brasília, 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação**(2024-2028), versão preliminar, para consulta pública, em PDF . MEC: Brasília, 2024.

BRITO, R.O.; CAMPOS, A.F.M.; MERCADO, L. P. L. A Internacionalização da Educação como meio para a Formação da Consciência Planetária. In: BRITO, R. de O. (Org). **Internacionalização da educação básica e superior**: desafios, perspectivas. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2020. p. 33-54.

CARVALHO, S.B.R.; ARAUJO, G.C. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior . In: **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 113-131, mar. 2020 Disponível em : <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100007> Acesso em 21 jul.2024.p. 113-141.

CRES. **Declaração Apresentada na Assembleia da III Conferência Regional de Educação Superior (CRES)**, celebrada na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, 14 de junho de 2018.

DE BASTIANI, S. C. ; TREVISOL, J. V.; PEGORARO, L. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 47, p. 375–395, 2018. DOI: 10.5585/eccos.n47.7974. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7974>. Acesso em: 9 set. 2024.

DE MARCO, B.; TREVISOL, J. V. **O meio ambiente nos municípios de Santa Catarina**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2007.

DE WIT, H.; HUNTER, F. The Future of Internationalization of Higher Education. **International Higher Education**, Boston, n. 83, p. 23, 2015. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9073> Acesso em: 10 mar. 2017.

FÁVERO, A. A.; TREVISOL, M. G. Ensino Superior e internacionalização: atores e desafios. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], v. 25, n. 53, p. 35-60, 2020. DOI: 10.20435/serie-estudos.v25i53.1367. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1367>. Acesso em: 9 set. 2024.

G1. Sistema ACAFE investe em internacionalização para fortalecer a educação superior em SC-Modelo de integração e desenvolvimento regional é referência no país e também internacionalmente. 29/09/23. **G1.globo.com**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/acafe/acafe/noticia/2023/09/29/sistema-acafe-investe-em-internacionalizacao-para-fortalecer-a-educacao-superior-em-sc.ghtml> Acesso em 10 set.2024.

GOERGEN, P. Prefácio da Obra. *In*: FLICKINGER, H. **A caminho de uma Pedagogia Hermenêutica**. Campinas: Autores Associados, 2010.

GOROVITZ, S. Apresentação. *In*: GOROVITZ, S.; UNTERNBÄUMEN, E.H.(orgs). **Políticas e tendências de internacionalização do Ensino Superior**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

KNIGHT, J. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, Boston, n. 33, Fall, p. 2-3, 2003. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/7391/6588>. Acesso em: 10 jul. 2024.

KNIGHT, J. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**. Spring, v.8, n.1, p. 5-31, mar.2004. Disponível em <https://bit.ly/3szWUHK>. Acesso em: 20 jul.2024.

KNIGHT, J. **Internacionalização da Educação Superior**: conceitos, tendências e desafios. 2ª edição, E-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MARCELINO, P.C.; CENCI, A.V. O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver. **Revista Cocar**, v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7513>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MOROSINI, M. Apresentação. *In*: MOROSINI, M. (Org) Dossiê: Internacionalização da educação superior Educação, vol. 40, núm. 3, septiembre-diciembre, 2017, pp. 288-292, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

MOROSINI, M.; WOICOLESCO, V. G.; NEZ, E. de. Pedagogia da Internacionalização em casa no contexto da Educação Superior Brasileira. *In*: MOROSINI, M.; CASSOL, C. ; ELSNER, C.;

WHITSED, C. (Orgs) **Internacionalização da Educação Superior**: reflexões e práticas do Brasil e da Austrália. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2021. p. 119-148.

MOURA, D.R.H.; STALLIVIERI, L. Sistematização das informações provenientes da mobilidade acadêmica internacional nas instituições de ensino superior de Santa Catarina. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025001, 2023. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8670754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670754>. Acesso em: 18 jul. 2024.

NEVES, C. E. B.; BARBOSA, M.L.O. Internacionalização da Educação Superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios In: Sociologias. Aug 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-99656> Acesso em :15 de mar. 2024.

ROCHA, R.A. A diplomacia acadêmica e o processo de internacionalização. In: **Revista Arte 21**, São Paulo, volume 21, número 2, p. 47-65, jul-dez, 2023.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, A. **A quarta missão da universidade**: Internacionalização Universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS FILHO. J.C. Internacionalização da Educação Superior: redefinições, justificativas e estratégias. In: **Série-Estudos**. vol.25 no.53, Campo Grande : jan./abr 2020 Epub 12-Maio-2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1383> acesso em 26.jun.2024.

SHIGUNOV NETO, A.; TREVISOL, M. G.; ALMEIDA, M. De L.P. Da institucionalização do Sistema de Pós-graduação ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020): desafios e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 21, n. 71, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.21.071.AO07. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28229>. Acesso em: 13 out. 2024.

SOUZA, H. G. A internalização das universidades brasileiras. In: GOROVITZ, Sabine. Apresentação. In: GOROVITZ, S.; UNTERNBÄUMEN, E.H. (orgs). **Políticas e tendências de internacionalização do Ensino Superior**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

THIESEN, J. S. Políticas curriculares, Educação Básica brasileira, internacionalização: aproximações e convergências discursivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e190038, Epub Apr 08, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100526&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2024.

TREVISOL, M.G.; FÁVERO, A. A.; TEDESCO, A.; SCHOENARDIE, D. Políticas de internacionalización de la educación superior: el caso de dos Universidades Comunitarias del sur de Brasil. **Revista Latinoamericana de Políticas y Administración de la Educación**, n. 19, p. 45-59, 21 dic. 2023.

TREVISOL, M.G.; FÁVERO, A. A. As diversas faces da internacionalização: análise comparativa entre duas instituições comunitárias do sul do Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 5, p. e019026, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8653894.

WOICOLESCO, V. G. **Pedagogia da Internacionalização da Educação Superior**: a docência na UNILA. (Tese de Doutorado em Educação). PUC: Porto Alegre, 2023, p. 438.

Apêndice–Información sobre el artículo

Historico editorial Submetido: 01 de Junio de 2024. Aprobado: 01 de Diciembre de 2024. Publicado: 20 de Enero de 2025.
Como Citar — APA Marcelino, P. C., & Trevisol, M. G. (2025). Internacionalização da Educação Superior na Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE: avanços e desafios. <i>PARADIGMA</i> , XLVI(1), e2025002. https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025002.id1593 .
Como Citar — ABNT MARCELINO, Patricia Carlesso; TREVISOL, Marcio Giusti. Internacionalização da Educação Superior na Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE: avanços e desafios. <i>PARADIGMA</i> , Maracay, v. XLVI, n. 1, e2025002, Ene./Jun., 2025. https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025002.id1593 .
Conflicto de intereses Nada que declarar.
Declaración de disponibilidad de datos Todos los datos han sido presentados/generados en este artículo.
Derechos autorales Los derechos de autor pertenecen a los autores, que conceden a revista Paradigma los derechos exclusivos de primera publicación. Los autores no serán remunerados por la publicación de sus artículos en esta revista. Los autores están autorizados a celebrar contratos adicionales por separado, para la distribución no exclusiva de la versión del artículo publicado en esta revista (por ejemplo, publicación en un repositorio institucional, en un sitio web personal, publicación de una traducción o como capítulo de un libro), con reconocimiento de autoría y primera publicación en esta revista. Los editores de la revista Paradigma tienen derecho a realizar ajustes textuales y adecuación normativas en este artículo.
Acceso libre Este artículo es de acceso abierto (Open Access) y sin gastos de envío ni de procesamiento del artículo (Article Processing Charges - APCs). El acceso abierto es un amplio movimiento internacional que pretende proporcionar acceso en línea libre y gratuito a la información académica, como publicaciones y datos. Una publicación se define como de acceso abierto cuando no existen barreras financieras, legales o técnicas para acceder a ella; en otras palabras, cuando cualquiera puede leerla, descargarla, copiarla, distribuirla, imprimirla, investigarla o utilizarla en la educación o de cualquier otra forma dentro de los acuerdos legales.
Licencia de uso Este artículo es licenciado con Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0) . Esta licencia le permite compartir, copiar y redistribuir el artículo en cualquier medio o formato. La licencia no permite utilizar el material con fines comerciales ni adaptarlo, remezclarlo o transformarlo.
Comprobación de similitud Este artículo fue sometido a una comprobación de similitud utilizando el software de detección de texto iThenticate de Turnitin, a través del servicio de Similarity Check de la Crossref.
Proceso de evaluación Revisión por pares a doble ciego (Double blind peer review).
Editor Fredy E. González
Publisher Este artículo ha sido publicado en la revista Paradigma vinculada al Centro de Investigaciones Educativas Paradigma (CIEP) del Departamento del Componente Docente de la Universidad Pedagógica Experimental Libertador (Núcleo Maracay). La revista Paradigma publica artículos de carácter técnico-científico, derivados de estudios e investigaciones que sirvan de apoyo al desarrollo del conocimiento educativo, propiciando el diálogo entre los diferentes campos de la educación. Las ideas expresadas en este artículo son de los autores y no representan necesariamente la opinión del consejo editorial o de la universidad. En Brasil, la revista Paradigma obtuvo la calificación Qualis A1 en la Evaluación CAPES (2017-2020) .

